

**A CRIAÇÃO DOS CURSOS DE
LETRAS NO BRASIL E AS
PRIMEIRAS ORIENTAÇÕES DA
PESQUISA LINGÜÍSTICA
UNIVERSITÁRIA**

FIORIN, José Luiz¹

¹ Professor Associado da USP – Departamento de Lingüística

RESUMO: A pesquisa lingüística na universidade brasileira surge com a criação dos cursos de Letras. Estes aparecem no Brasil no bojo dos projetos de criação das Faculdades de Filosofia apenas nos anos 30 do século passado, embora houvesse reivindicações anteriores para a existência de uma formação superior em línguas e literaturas e mesmo experiências efêmeras no início do século XX. Este trabalho começa por discutir as várias e complexas razões que explicam a criação tardia da instituição universitária no Brasil. Em seguida, analisa a fundação da Universidade de São Paulo e a criação de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Mostra que, quando se pensou em fundar a Universidade de São Paulo, o que se queria era formar uma nova elite para o país, educada nos moldes dos países mais adiantados do mundo. Para isso, previu-se então que todos os professores fossem recrutados na Europa. Com a montante nazi-fascista na Alemanha e na Itália, decidiu-se que desses países seriam recrutados apenas professores de Ciências Físicas e Biológicas, enquanto os professores das Ciências Humanas viriam da França, considerada como alternativa liberal ao fascismo. Dentro dessa perspectiva, cria-se o primeiro curso superior de Letras do Brasil. Neste trabalho, é somente este curso que será analisado. Depois de estudar as alterações curriculares por que ele passou, examinam-se as orientações de cada uma das cadeiras para o ensino e a pesquisa e, portanto, o desenvolvimento da pesquisa lingüística universitária.

Palavras-chave: Histórias das idéias lingüísticas, pesquisa lingüística, ensino de Letras

ABSTRACT: The linguistic research in Brazil started out with the development of undergraduate courses on Languages and Literatures. In Brazil, those courses were created in the 1930's, although there had been earlier claims for their development, as well as some ephemeral experiments, at the beginning of the XX century. In the 1930's, those courses appeared within the projects for the foundation of Colleges of Philosophy. In this paper, I discuss the various and complex reasons that explain the tardiness of the appearance of the university in Brazil. Moreover, I analyze the foundation of the University of São Paulo and the creation of the College of Philosophy, Sciences, Languages and Litteratures. As a part of that analysis, I show that the foundation of the University of São Paulo aimed at the development of a new elite for the country - an elite whose education would be shaped according to the most developed countries in the world. For that reason, it was established that all professors would be recruited from Europe. Because of the nazi-fascism in Germany and Italy, it was decided that just Physics and Biology professors would come from those countries, whereas the Human Sciences professors would come from France, that was considered a liberal alternative to the fascism. That was the perspective in which the first university course on Languages and Literatures was created, and that is the one I analyze here. After studying the curriculum changes that it underwent throughout its history, I will examine the research and teaching orientation of its major disciplines. Therefore, I will examine the development of the linguistic academic research.

Key-words History of Linguistics, linguistic research, undergraduate courses on Languages and Literature.

Neste trabalho, restringir-se-á apenas ao estudo das orientações da pesquisa lingüística no curso de Letras da Universidade de São Paulo, no período de 1934 a 1962, ou seja, o período que vai da criação do primeiro curso superior de Letras no Brasil, ainda em atividade, até o ano em que houve uma grande reformulação nos cursos de Letras brasileiros, que vai ter profunda repercussão sobre a pesquisa lingüística realizada no Brasil.

A pesquisa lingüística na universidade brasileira surge com a criação dos cursos de Letras. Estes aparecem no Brasil no bojo dos projetos de criação das Faculdades de Filosofia apenas nos anos 30 do século XX. Embora houvesse reivindicações anteriores para a existência de uma formação superior em línguas e literaturas e mesmo uma experiência datada de 1908 na Faculdade de Filosofia São Bento, em São Paulo, no mosteiro do mesmo nome e outra com a criação de uma instituição livre denominada Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, que funcionou na cidade de São Paulo de 1931 a 1934 (1952a, 170), os primeiros cursos de Letras no Brasil surgem no anos 30: 1934, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; em 1935, na Universidade do Distrito Federal; em 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e na Universidade de Minas Gerais.

A criação das Faculdades de Filosofia ocorre, quando se criam as primeiras universidades brasileiras na década de 30 do século XX. Várias e complexas razões explicam a criação tardia da universidade brasileira. No período colonial, a metrópole mantinha, ao lado do monopólio comercial, etc., o monopólio da formação superior, que se realizava na Universidade de Coimbra. Na colônia, o ensino superior restringia-se aos cursos de Filosofia e Teologia nos seminários católicos, destinados a formar padres. Em 1808, a família real portuguesa foge para o Brasil, quando as tropas francesas, comandadas pelo general Junot, invadem Portugal, aliado da Inglaterra. A corte real instala-se no Brasil. Em 1815, o país é elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves e, em 1822, a Independência é proclamada, tornando-se Pedro I o imperador do Brasil. A transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil e o surgimento do estado nacional criam a

necessidade da fundação do ensino superior, destinado, de um lado, a formar burocratas para o Estado e, de outro, especialistas na produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes. Criam-se, assim, a Academia Militar, que formava engenheiros de diversas especialidades (mineração, química, construção), a Academia de Marinha, o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, a Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Direito de Olinda, a Faculdade de Direito de São Paulo, a Escola de Agricultura da Bahia, a Academia de Belas Artes. No período imperial, mantiveram-se, com as devidas adaptações, as escolas criadas na época régia e criaram-se algumas outras. Nos períodos régio e imperial, o modelo que se adotou foi o de grandes escolas destinadas a formar quadros necessários para a realização de atividades bem determinadas. Por isso, chegou-se ao período republicano com um ensino superior reduzido em número de estabelecimentos e de estudantes.

A República brasileira nasce sob o signo do positivismo. Os adeptos dessa doutrina posicionavam-se contra a criação de universidades, pois, para eles, essa instituição era reacionária, já que em todo o mundo se tinha tornado retrógrada (1882, p. 70).

A partir dos anos 20 do século passado, com as concepções de superação do atraso brasileiro, a idéia de criar universidades no Brasil ganha vigor. Nessa época, confrontam-se três concepções pedagógicas distintas: a liberal democrática, a liberal elitista e a autoritária. Cada uma delas dá origem a uma universidade. A primeira está na base da criação da Universidade do Distrito Federal; a segunda, na da fundação da Universidade de São Paulo e a terceira, na da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro. Com a revolução de 30 e, principalmente, com o Estado Novo em 1937, a concepção pedagógica autoritária é que triunfa. (Cunha, 1986, p. 256-318). A Universidade do Distrito Federal foi extinta em 1939 e houve constantes tensões entre a USP e as autoridades federais. A reforma Francisco Campos (Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931) estabeleceu um modelo único a ser seguido por todas as universidades do país.

A criação da Universidade de São Paulo tem que ser entendida no quadro da derrota paulista na chamada Revolução de 32. Um grupo da elite industrial e agrícola paulista, capitaneado por Julio de Mesquita Filho, começa a defender a idéia de criar uma universidade estadual. A preocupação da elite paulista com o ensino técnico e superior não é nova. A Associação Comercial já criara o Instituto de Organização Racional do Trabalho. Essa idéia foi ampliada em 1933 com a fundação da Escola Livre de Sociologia. Em 1933, foi criada também a Escola Paulista de Medicina. A essas duas iniciativas seguiu-se a criação da Universidade de São Paulo, que se destinava a criar uma nova elite, que assumisse a liderança do país, superando o atraso nacional. Por isso, ela seria pública e leiga. Teria autonomia acadêmica e profissional. Seu núcleo seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em que seriam ministradas todas as disciplinas básicas. Os professores da nova Faculdade trabalhariam em tempo integral, dedicados às atividades de docência e de ensino. A união da docência à pesquisa era a base da concepção da nova universidade. Os trabalhos práticos ficariam para as escolas profissionais. (Schwartzman, 2001, p. 164-160; Campos, 1954, p. 73-99).

A Universidade de São Paulo foi criada pelo decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Nele se criava também a Faculdade de Filosofia dividida em três seções: a de Filosofia, a de Ciências e a de Letras. A seção de Ciências estava subdividida em seis subseções: Ciências Matemáticas, Ciências Físicas, Ciências Químicas, Ciências Naturais, Geografia e História e Ciências Sociais e Políticas. A de Letras estava subdividida em duas subseções: Letras Clássicas e Português e Línguas Estrangeiras.

Quando se pensou em fundar a Universidade de São Paulo, o que se queria era formar uma nova elite para o país, educada nos moldes dos países mais adiantados do mundo. Previu-se então que todos os professores fossem recrutados na Europa. Com a montante nazi-fascista na Alemanha e na Itália, decidiu-se que desses países seriam recrutados apenas professores de Ciências Físicas e Biológicas, enquanto os professores das Ciências Humanas viriam da França, considerada como alternativa liberal ao fascismo (Duarte, 1976, p.

70; Mesquita, 1969, p. 192). Esse projeto foi basicamente cumprido. Lecionaram na Universidade de São Paulo professores como Roger Bastide, Fernand Braudel, Giuseppe Ungaretti, Claude Levi-Strauss, etc.

No primeiro momento, a secção de Letras era organizada em dois cursos: Letras Clássicas e Português e Letras Estrangeiras. O primeiro compreendia as seguintes cadeiras: Filologia Grega e Latina; Filologia Portuguesa; Literatura Luso-Brasileira; Literatura Grega e Literatura Latina; o segundo, as cadeiras de Língua e Literatura Francesa e de Língua e Literatura Italiana (1937, p. 1). Só em 1940 começam a funcionar as cadeiras de Língua e Literatura Espanhola, Língua e Literatura Inglesa e Língua e Literatura Alemã. A cadeira de Língua Tupi-Guarani não pertencia, nos primórdios da Faculdade, à Secção de Letras, mas à de Geografia e História. Havia uma cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani.

Em 1939, a Faculdade de Filosofia teve de adaptar-se ao padrão da Faculdade Nacional de Filosofia, criada no Rio de Janeiro, pelo Decreto Federal nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Na secção de Letras, constituem-se os Cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas, padrão que se manterá até 1962, quando, com base no parecer 283/62, do Conselheiro Valnir Chagas, do CFE, aprovado em 19 de outubro de 1962, reorganizam-se os Cursos de Letras no país. As cadeiras que tinham a cargo esses três cursos eram Língua e Literatura Latina, Língua e Literatura Grega, Filologia e Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Filologia Românica, Língua e Literatura Francesa, Língua e Literatura Italiana, Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana, Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Anglo-Americana, Língua e Literatura Alemã.

ORIENTAÇÃO DAS CADEIRAS AO LONGO DOS ANOS

Na cátedra de Filologia e Língua Portuguesa, embora se reconheça que no Brasil se usa uma variante lingüística diferente da de Portugal, tanto que o primeiro catedrático, o português Rebelo Gonçalves, fala da feitura de uma gramática luso-brasileira da língua portuguesa (1937, p. 197), o pri-

meiro programa reserva um lugar diminuto às características do português do Brasil (1937, p. 289-291). A idéia de uma língua comum cuja norma era a variante européia perpassa todo o programa. A orientação programática para o estudo da língua era predominantemente histórica. Além da gramática histórica, insiste-se, ao estudar a história da língua, na língua literária, principalmente no estudo dos autores que foram considerados modelos de perfeição lingüística, Camões, Vieira e Bernardes (1937, p. 289). Os comentários de textos, para o estudo das fases da língua, centram-se nos textos da fase arcaica do português (1937, p. 291). Se a orientação dominante era a orientação histórica, a Geografia Lingüística, de acordo com a tradição portuguesa de estudos lingüísticos, começa a ser considerada (1937, p. 289; 1937a, p.281). Assim, a pesquisa lingüística realizada na cátedra de Filologia e Língua Portuguesa nos primórdios da USP segue os rumos dominantes da Lingüística Histórica, mas começa a preocupar-se com a Geografia Lingüística, seus métodos e seus objetivos. A preocupação com a descrição e a explicação dos fatos sincrônicos é bem menor. Discutem-se e criticam-se algumas noções gramaticais e analisam-se alguns problemas lingüísticos (1937a, p. 280). Cabe, no entanto, ressaltar que a explicação de um fato lingüístico é sempre de ordem diacrônica. Quando, em 1937, assume a cadeira de Filologia e Língua Portuguesa o filólogo brasileiro Otoniel Mota, desaparecem dos programas qualquer referência à Geografia Lingüística e à descrição e explicação dos fatos sincrônicos (1938, p. 356-357). Em 22 de abril de 1940, assume a cátedra de Filologia e Língua Portuguesa Francisco da Silveira Bueno. Embora a cadeira continue com sua orientação predominantemente filológica e histórica, outras influências começam aparecer: de um lado, ele publica, em 1950, seu *Tratado de semântica geral*, que revela as influências de semanticistas franceses e alemães da época; de outro, em 1951, começa a instalação na Faculdade de um Gabinete de Fonética Experimental (1952, p. 217). Os trabalhos diatológicos continuam a ser realizados. Para Silveira Bueno, a filologia é uma disciplina que tem a função de coordenar e de agregar conhecimentos das

diferentes disciplinas, pois “tem por objeto próprio o conhecimento perfeito e completo da vida intelectual de um povo através de todos os seus monumentos literários” (1953, p. 84). Ela vale-se de conhecimentos lingüísticos, literários, retóricos, paleográficos, epigráficos, hermenêuticos, etc. “A Filologia Portuguesa há de ser, portanto, o estudo da civilização, do espírito, da inteira vida intelectual do povo lusitano, através dos monumentos que nos legaram as suas gerações passadas” (1953, p. 84-85). Os textos antigos são a razão de ser dos estudos filológicos. Para estabelecer os textos, é preciso conhecer profundamente a língua do tempo em que foram escritos. Segundo Silveira Bueno, o ponto de diferença do trabalho do lingüista e do filólogo está no fato de que diante de um texto seguem eles caminhos muito diversos.

Para o primeiro só tem valor a língua em que está escrito o documento; para o segundo a língua é apenas um instrumento, um auxiliar que o ajuda a criticar o escrito, a avaliar da sua época, das suas qualidades de estilo, da veracidade ou não de suas idéias. Para o lingüista, as qualidades literárias do texto de pouco ou nada valem. Ele quer descobrir aí a confirmação de alguma lei fonética, de algum problema de morfologia. A sintaxe, a expressão do pensamento já não lhe interessa. Para o filólogo, ao contrário, é a sintaxe que o atrai, porque é na expressão do pensamento que se encontram as demonstrações culturais de um povo, o seu adiantamento literário, o grau de civilização a que tenha atingido. As idéias contidas num texto não despertam a atenção do lingüista; o que ele procura é a própria língua em si mesma e quanto mais primitiva, mais rude, tanto mais rica de observações porque pode descobrir nela a atuação livre e espontânea das leis fisiológicas e psicológicas dos povos. A língua literária, policiada pela gramática e pelas academias, ornada pelos estilistas, não merece a menor fadiga dos lingüistas. Justamente ao revés procedem os filólogos: o seu objetivo último - o conhecimento completo e perfeito da civilização de uma nacionalidade - não se encontra senão nos textos literários, nos textos exarados em língua culta e trabalhada pelos seus homens de maior valor. O filólogo, preso que está aos textos, tem as suas fronteiras no tempo, não indo além dos limites das primeiras manifestações literárias de uma nação. O lingüista, que só se prende às manifestações da linguagem humana, não conhece tais barreiras: qualquer inscrição, por mais rude que seja, lhe serve de estudos e até mesmo entre povos incultos, sem a menor manifestação alfabética onde nem sequer se sonha com uma língua padrão e os dialetos se emaranham na mais completa liberdade, até aí penetra o lingüista sem que o possa seguir o filólogo” (1953, p. 85-86).

Nessa longa citação, observa-se que a concepção de filologia que orienta os trabalhos da cadeira de Filologia e Língua Portuguesa é a clássica concepção desse ramo do conhecimento, que se funda no conceito de cultura como o conjunto dos conhecimentos intelectuais de um dado povo. Nela, a cultura é entendida como uma realização das classes dominantes. Por outro lado, quando se diz que o lingüista se interessa mais pela fonética e pela morfologia do que pela sintaxe, mostra-se que é a lingüística histórica, criada no século XIX, que está na base do trabalho lingüístico desenvolvido na cadeira. Ademais, ao reconhecer a importância do estudo de dialetos, revela-se também a influência da Geografia Lingüística.

As cadeiras de Língua e Literatura Grega e Língua e Literatura Latina tinham uma orientação nitidamente literária. Os estudos lingüísticos destinavam-se apenas a permitir que os alunos tivessem acesso aos textos no original. Michel Berveiller, no Anuário de 1934-1935, dizia que, no início, os estudos filológicos e literários deveriam ser igualmente distribuídos. No entanto, quando o ensino secundário fornecesse para a Faculdade “estudantes providos de sólida formação gramatical” seria “tempo de insistir no aspecto propriamente histórico e literário desses estudos, que constitui seu maior interesse” (1937, p. 187). Assim, um curso superior de Letras Clássicas deveria estudar, de um lado, a história da língua; de outro, sua literatura. Dessa forma, durante muito tempo, os estudos lingüísticos, nas Letras Clássicas, destinavam-se a estudar a fonética, a morfologia, a sintaxe e a lexicologia históricas. A pesquisa lingüística, assim, tinha uma orientação nitidamente histórica. Os programas de Literatura visavam, de um lado, a dar uma visão panorâmica da literatura que estava sendo estudada; de outro, a levar o aluno a fazer explicações de textos (1953, p. 501; 1952, p. 244; 1952a, p. 257). Por outro lado, os primeiros professores de Letras Clássicas insistiram muito na feitura de instrumentos de trabalho: gramáticas, dicionários e, principalmente, edições de textos clássicos, com tradução e comentários em português (1937, p. 190; 1954, p. 270).

Pelo próprio objeto de que tratavam, nas cadeiras de Filologia Românica e Glotologia Clássica, a orientação era também histórico-comparativa. A Glotologia Clássica ocupa-

va-se do que chamaríamos hoje Lingüística Indo-Européia, com especial ênfase para a comparação do latim e do grego (1953, p. 439-440; 1952, p. 244-246; 1954, p. 279). No entanto, é na cadeira de Filologia Românica que começa o estudo da Lingüística moderna. O catedrático, Professor Theodoro Henrique Maurer Junior, no ano letivo de 1945-1946, foi bolsista da Fundação Rockefeller na Universidade de Yale, onde estudou sânscrito, hitita, fonética e lingüística geral, sendo então aluno de Bloomfield. Era membro da Linguistic Society of America e foi um colaborador da revista *Language* (1952, p. 180-181). Foi ele que, em São Paulo, começou a ensinar e a difundir as teorias de Saussure, Bloomfield, etc.

Os cursos de Línguas Estrangeiras, no período estudado, estavam muito mais voltado para o mundo da reflexão poética do que para a descrição lingüística. Nas diversas cadeiras, tanto no âmbito das Letras Neolatinas como no das Anglo-Germânicas dava-se ênfase especial aos estudos de literatura em detrimento aos estudos de língua. Essa orientação nitidamente literária levava a um estudo de textos com abordagens estilísticas e filológicas (1954, p. 275). A língua era ministrada indiretamente por meio da análise dos textos literários. Já Pierre Hourcade, no *Anuário* de 1934-1935, ao traçar as diretrizes gerais do ensino de Língua e Literatura Francesa na Faculdade, diz que o aluno precisa ter uma visão geral da Literatura Francesa. Para isso, os exercícios por excelência eram a explicação de textos e a dissertação, que era chamada, nos relatórios da cadeira, dissertação francesa (1953 p. 478). Portanto, o conhecimento lingüístico era simplesmente instrumental, destinava-se a permitir que os alunos lessem os textos no original (1937, p. 198-206; 1952a, p. 245; 1953, p. 481) Pierre Hourcade previa a criação de um curso de Literatura Medieval e História da Língua (1937, p. 203). O fato de o curso de História da Língua estar atrelado ao de Literatura Medieval fazia com que ele fosse subsidiário para o acesso aos textos medievais. O primeiro professor de Italiano, Francesco Piccolo, tem a mesma visão do ensino universitário. Seu primeiro programa busca dar uma visão geral da literatura italiana dos séculos XV e XVI e trabalha com a

explicação dos seguintes textos: *O purgatório*, de Dante, a lírica de Angelo Poliziano e Lorenzo de Medici e alguns cantos de *L'Orlando Furioso*, de Ariosto (1937, p. 294). Em 1937, assume a cadeira de Língua e Literatura Italiana o grande poeta Giuseppe Ungaretti, que permanece na Universidade de São Paulo até 24 de abril de 1942. Seu primeiro programa tem uma parte dedicada à Literatura, onde se estuda a poesia predantesca e a *Comédia*, com ênfase no estudo do *Inferno*, e uma dedicada à Língua. No entanto, essa parte não é um estudo lingüístico tal como o concebemos hoje, pois o que se pretende é estudar a teoria sobre a língua de Giacomo Leopardi e a obra desse poeta por meio de comentários de textos (1938, p. 364). Em 1940, implantam-se as cadeiras de Língua e Literatura Alemã, Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana, Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Anglo-Americana. Seguem elas a mesma orientação: o conhecimento da língua era prático, para que o aluno pudesse ler os textos literários no original; era importante o conhecimento da história da língua, para que o estudo dos textos literários fosse feito de maneira mais precisa; o conhecimento da literatura era a finalidade última de um curso superior de Letras (1953, p. 467, 469, 473, 490, 491; 1952, p. 222, 226, 239; 1952a, p. 239, 251-252; 1954, p. 255). Como o estado de São Paulo é um dos dois estados brasileiros que recebeu o maior número de imigrantes italianos, a cadeira de italiano vai interessar-se, de um lado, pela influência da literatura italiana nos poetas árcades brasileiros e, de outro, pelo português falado pelos imigrantes, que constituía uma espécie de língua ítalo-brasileira (1954, p. 277).

O primeiro catedrático de Tupi-Guarani, no relatório de 1934-1935, dizia que o estudo dessa língua não poderá orientar-se no início com a segurança que seria desejável porque não dispõe de bibliografia que obedeça às exigências de um curso acadêmico, dado que as obras básicas de Anchieta e Montoya “ressentem-se logicamente de certas deficiências; expõem leis e fatos da língua de forma um tanto confusa e excedem-se em detalhes incompatíveis com o próprio caráter dela”, sendo, por isso, desaconselháveis aos iniciantes, e que

as obras mais modernas de autores nacionais ou estrangeiros, além de ressentirem-se dos defeitos apontados nas obras básicas, não raro tratam de aspectos particulares da língua. Por isso, o primeiro trabalho da cadeira seria preparar um esboço da gramática da língua, a partir da coleta de elementos nas obras antigas e modernas (1937, p. 140-141). Esse esboço deveria compendiar, “com singeleza e método, as particularidades idiomáticas como decorrência das leis e fatos de ordem geral” (1937, p. 141). Pergunta-se o professor se a Faculdade deve dar ao curso um caráter prático, ou seja, deve ensinar aos alunos a prática da língua e, ao mesmo tempo, indaga-se qual língua deve ser ensinada, a falada hoje no Paraguai ou o tupi-guarani amazônico, o chamado *nheengatu*. Para ele, um curso superior não comporta um ensino com finalidades práticas, em que se cuidasse de ensinar a falar esta ou aquela língua, este ou aquele dialeto. Por outro lado, as colonizações portuguesa e espanhola deixaram sobre o tupi-guarani “a mancha de sua ação persistente e a mácula de sua ação dominante”, corrompendo-o (1937, p. 143). Da mesma forma que o grego que se há de estudar será o grego clássico, deve-se estudar o que poderia ser chamado o tupi clássico, que, embora possa ser entendido pelos falantes do tupi-guarani de hoje, diverge deste em muitos aspectos. A cadeira de Tupi-Guarani deve ser colocada no mesmo patamar em que se colocam as de Grego e de Latim. Por isso, não se ocupará da parte prática da língua, do “estudo dela no campo estreito das áreas geográficas em que é usada agora”, da “sua situação atual em face das influências cada vez maiores que recebe dos povos dominantes, mas tão somente dos seus aspectos genéricos, clássicos e basilares, únicos capazes de permitir uma visão panorâmica de sua estrutura e de sua índole” (1937, p. 144-145). A pesquisa lingüística, feita num Instituto de Filologia, deveria ter uma orientação histórico-comparada: seria preciso estudar a evolução dos fatos lingüísticos do tupi-guarani e comparar o tupi com outras línguas americanas, para estabelecer as famílias lingüísticas, ou nas palavras do professor da cadeira, estabelecer “a interdependência com outras línguas americanas” (1937, p.

145). Como se vê, a orientação inicial da cadeira de Tupi-Guarani era uma tentativa de dar a essa língua o mesmo estatuto das línguas clássicas e das outras línguas, o português, o francês e o italiano. O pesquisa lingüística tinha uma orientação histórico-comparativa e a língua a ser estudada pelos alunos era o que foi denominado tupi clássico. O tupi-guarani era passível de um estudo filológico como o que era feito em outras línguas (1953, p. 562). A orientação da primeira cadeira de língua indígena criada numa escola superior estava muito longe da orientação descritiva que ganhou nas décadas seguintes. Com efeito, mais tarde, os pesquisadores vão ocupar-se de descrever as diferentes línguas faladas pelos indígenas em território brasileiro.

Em 1945, foram criados, por iniciativa do Professor Silveira Bueno, os cursos livres de Árabe e Hebraico. Seguindo a orientação das demais cadeiras de língua e literatura da Faculdade, esses cursos tinham a finalidade de ensinar a história do idioma e sua literatura (1953, p. 619). Só em 1962 é criada a secção de Estudos Orientais pelo Decreto Governamental nº 40.784, de 18/9/1962. Foi dado início, então, aos cursos de Bacharelado das áreas de Árabe, Armênio, Hebraico, Japonês e Russo. Em 1968 agregaram-se a esta secção as áreas de Chinês e de Sânscrito.

CONCLUSÕES

1) Nas Línguas Estrangeiras, o que era objeto da pesquisa era a literatura; o ensino de língua era meio de levar os alunos a ler os textos originais. Mesmo os curso de história da língua tinham a finalidade de preparar o aluno para a leitura de textos produzidos em outros estágios da língua. Portanto, no período de 1934 a 1962, salvo raras exceções, como os estudos sobre a língua falada pelos imigrantes italianos no Brasil, não se produziram pesquisas lingüísticas no domínio das línguas estrangeiras.

2) Nas Letras Clássicas, também a literatura era o objeto privilegiado da pesquisa. No período estudado, além de estudos sobre autores e obras, deu-se ênfase à produção de instrumentos para o trabalho literário, ou seja, traduções em português dos autores greco-latinos, com introdução, notas e comentários. Os cursos de língua seguiam a orientação his-

tórico-comparativa e alguns trabalhos foram produzidos com essa orientação teórica. Entretanto, o grosso dos trabalhos de pesquisa era sobre temas literários.

3) A pesquisa lingüística propriamente dita ficou confinada às cadeiras de Filologia e Língua Portuguesa e Filologia Românica e Glotologia Clássica. Naquela, havia de um lado o trabalho filológico, que era considerado o mais importante. No entanto, como o trabalho filológica incidia, precipuamente, sobre os textos arcaicos do português, era importante que se fizessem trabalhos sobre a evolução do português. Assim, a pesquisa diacrônica ocupa um lugar relevante nos trabalhos da cadeira. Por outro lado, seguindo uma tradição portuguesa, representada por nomes como Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis de Vasconcelos, fizeram-se alguns trabalhos sobre dialetologia, na linha da Geografia Lingüística.

4) A cadeira de Lingüística Românica e Glotologia Clássica tem uma orientação histórico-comparativa. No entanto, é nessa cadeira que, graças à formação de seu catedrático, começam a difundir-se as idéias dos fundadores da Lingüística Moderna. Essa será a base da formação de toda a geração de lingüistas, que estão em atuação hoje em diferentes universidades brasileiras.

5) A orientação filológica e histórico-comparativa era tão forte que mesmo a cadeira de Tupi-Guarani imprime essa orientação ao seus estudos e busca estudar um estágio de língua, o que foi descrito por Anchieta, Montoya e Figueira, que é denominado Tupi clássico. Não se realizam estudos descritivos do tupi-guarani, mas busca-se dar ao estudo dessa língua um estatuto idêntico ao do grego e do latim.

6) Como se observa, na Universidade de São Paulo, seguem-se a orientação pedagógica e as linhas de pesquisa da média das universidades européias, onde foram recrutados seus primeiros professores.

REFERÊNCIAS

Anuario da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1934-1935 (1937). São Paulo, Revista dos Tribunaes.

Anuario da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936 (1937a). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Anuario da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1937-1938 (1938). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Anuario da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1939-1949 (1953). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, v. I e II.

Anuario da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1950 (1952). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Anuario da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1951 (1952a). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Anuario da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1952 (1954). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

CAMPOS, Ernesto de Souza (1954). *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo, USP.

CUNHA, Luiz Antônio (1986). *A universidade temporã: da colônia à era Vargas*. 2 ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora.

DUARTE, Paulo (1976). *Memórias. Selva obscura*. São Paulo, Hucitec, vol. 3.

MENDES, Raimundo Teixeira (1882). *A universidade*. Rio de Janeiro, Centro Positivista Brasileiro.

MESQUITA Filho, Júlio de (1969). *Política e cultura*. São Paulo, Livraria Martins.

SCHWARTZMAN, Simon (2001). *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Colegiado do Curso de Letras — Campus de Cascavel

REVISTA LÍNGUAS & LETRAS

Versão eletrônica disponível na internet:
www.unioeste.br/saber